



**Fornecimento Contínuo de Gás Petrolífero Liquefeito
(GPL)
Fornecido a Granel para o Período 2022-2025 (36
meses)**

CONSULTA PRÉVIA

**CONVITE À APRESENTAÇÃO
DE PROPOSTA**



Índice

1 – Objeto do Concurso	3
2 – Entidade Adjudicante	3
3 – Órgão Competente.....	3
4 – Documentos que Constituem a Proposta	3
5 – Outros Documentos	4
7 – Propostas com Variantes.....	5
8 – Prazo e Modo de Apresentação de Propostas	5
9 – Órgão Competente para Prestar Esclarecimentos.....	5
10 – Fase de Negociação	5
11 – Prazo de Obrigação de Manutenção da Proposta	5
12 – Critério de Adjudicação	5
13 – Condições de Pagamento	6
14 – Prestação de Caução	6
15 – Preço Base	6
16 – Documentos de Habilitação	6
17 – Exclusão de Propostas	7
18 – Legislação Aplicável	7



Convida-se V. Ex.^a a apresentar proposta para o Fornecimento Contínuo de Gás Petrolífero Liquefeito (GPL) Fornecido a Granel para o Período de 2022-2025 (36 meses) (Procedimento Consulta Prévia)

1 – Objeto do Concurso

O procedimento tem por objeto o fornecimento contínuo de gás petrolífero liquefeito (GPL) fornecido a granel para o período de 2022-2025 (36 meses), ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP) na atual redação (ver anexo II).

- G1. Pavilhão desportivo Municipal;
- G2. Polidesportivo Municipal;
- G3. Escolas n.º1 e n.º3.
- G4. Escola n.º2

2 – Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante é a Câmara Municipal de São Brás de Alportel, NIPC: 503 219 924, sita na Rua Gago Coutinho n.º 1, Apartado 52, com os números de telefone: 289 840 000 e de fax: 289 842 455.

3 – Órgão Competente

A decisão de contratar foi tomada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Brás de Alportel, o qual é competente para autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar.

4 – Documentos que Constituem a Proposta

4.1 - A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

4.1.1 - Declaração conforme modelo constante do anexo I ao Código dos Contratos, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar (utilizar o modelo que se anexa em word).

4.1.2 - Documento contendo o(s) atributo(s) da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar relativos aos seguintes aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, devidamente assinado pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar:

- a) Preço efetuado por metro 3 a fornecer de GPL incluindo desconto;
- b) Peças desenhadas e escritas com as soluções de projeto apresentadas pelos concorrentes juntamente com as respetivas certificações por entidade reconhecida pela Direção Geral de Energia e Geologia atendendo aos traçados possíveis apresentados em anexo;
- c) Ficha de dados de segurança do gás.
- d) Indicar a taxa do IVA a aplicar;



4.1.3 - Documento contendo os termos ou condições relativas a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule, designadamente no seguinte:

a) Condições de Pagamento (60 dias);

4.1.4 - Na proposta, o concorrente pode especificar aspetos ou apresentar documentos que considere irrelevantes para a apreciação da mesma.

4.2 - O preço, que não deve inclui o IVA, é indicado em algarismos e por extenso.

4.3 - Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

4.4 - Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

4.5 - A proposta deve mencionar expressamente que ao preço total acresce o IVA indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável.

4.6 - A proposta deve ser assinada pelo concorrente ou seus representantes.

5 - Outros Documentos

Deverá o concorrente anexar à sua proposta os seguintes documentos, no sentido de aferir os poderes para obrigar:

a) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online;

b) No caso dos documentos serem assinados por procurador, deverá ser anexada procuração que confira a este último poderes para o efeito.

6 - Pressupostos para elaboração da proposta de preço

1 - O preço por metro cubico é o preço total a faturar incluindo o termo variável, transporte, ISP, taxas de CO2 e taxas municipais (excluindo IVA).

2 - Deverá ser também contabilizado no preço a inspeção de todas as instalações desde o ponto de abastecimento até aos aparelhos de consumo. Estas inspeções serão realizadas no início do fornecimento e passados 2 anos e remeter os respetivos certificados à entidade adjudicante.

3 - Na proposta deverão ser contabilizados todos os custos associados à execução das redes (reservatórios, suas vedações, portões, sinalização e extintores, tubagens, contadores, válvulas de segurança, acessórios, aberturas de valas, reposição de pavimentos, etc).

4 - Após a conclusão do contrato os depósitos, redes de gás e todos os elementos acessórios executados no âmbito deste procedimento e no interior das propriedades reverterão para a Câmara Municipal de São Brás de Alportel pelo que a amortização destes



elementos terá de ser considerada no preço apresentado por kg de gás no prazo do contrato de fornecimento.

5 - Deverá ser atendido a partir dos depósitos instalados no interior das propriedades e no âmbito deste procedimento não poderão ser abastecidos outros edifícios que não pertençam à Câmara Municipal.

7 - Propostas com Variantes

Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

8 - Prazo e Modo de Apresentação de Propostas

a) As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados até às **17:00 horas do 8.º dia a contar da data do envio do convite**, na plataforma eletrónica da entidade adjudicante cujo acesso é <https://www.acingov.pt>

b) Os documentos que constituem a proposta devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

9 - Órgão Competente para Prestar Esclarecimentos

a) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são prestados pelo júri designado para este procedimento, com competência delegada, e devem ser solicitados pelos interessados por escrito, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, conforme disposto no n.º 1 do artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);

b) Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, conforme estipula o n.º 5 do artigo 50.º do já citado Código.

10 - Fase de Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

11 - Prazo de Obrigação de Manutenção da Proposta

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias, contados da data de termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, conforme disposto no artigo 65.º do CCP.

12 - Critério de Adjudicação

a) O critério de adjudicação a aplicar deverá ser o da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante na modalidade monofator, designadamente o preço mais baixo, nos termos da alínea b) do artigo 74.º do CCP;

b) Como critério de desempate, será efetuado sorteio das propostas que se encontrem em igualdade de critério, nas instalações desta Câmara Municipal, em hora e data a definir.



13 – Condições de Pagamento

- a) As quantias devidas pelo Município de São Brás de Alportel, nos termos das cláusulas anteriores, devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção pelo Município de São Brás de Alportel das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- b) Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a conclusão da prestação de serviços objeto do contrato.
- c) Em caso de discordância por parte do Município de São Brás de Alportel, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
- d) Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na alínea a), as faturas são pagas através de transferência bancária ou cheque.

14 – Prestação de Caução

O valor previsto para o preço contratual é inferior ao limite referido no n.º 2 do artigo 88.º do CCP, pelo que não será exigida caução. Contudo, deverá ser tomado em consideração o estipulado no n.º 3 do referido artigo e no caderno de encargos.

15 – Preço Base

O preço base do procedimento é de € 31.400,00 (trinta e um mil e quatrocentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor (pelo período de 36 meses).

16 – Documentos de Habilitação

- a) Os documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário, serão os seguintes (de acordo com o artigo 81.º do CCP):
 - a.1) Declaração elaborada de acordo com o modelo do anexo II do CCP;
 - a.2) Declaração de não dívida à Segurança Social ou código de acesso;
 - a.3) Declaração de não dívida às Finanças ou código de acesso;
 - a.4) Registo Criminal da Empresa;
 - a.5) Registo Criminal de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência;
 - a.6) Documento comprovativo de submissão e validação da declaração efetuada no RCBE (Registo Central de Beneficiário Efetivo).
- b) O documento referido na alínea a.1) do número anterior deverá ser assinado pelo(s) representante(s) legal(ais) do adjudicatário com poderes para o vincular.
- c) O Município de São Brás de Alportel, solicitará ao adjudicatário, a apresentação dos documentos de habilitação referidos neste convite, e ou, outros documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito, conforme definido no artigo 81.º do C.C.P.



17 - Exclusão de Propostas

Serão excluídas as propostas que:

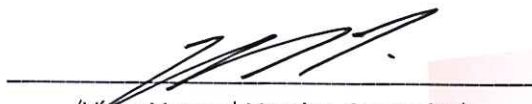
- a) Não cumpram o prazo estabelecido no ponto 8 do presente Convite;
- b) Não sejam acompanhadas dos documentos e menções referidas nos pontos 4 e 15 do presente Convite, respetivamente;
- c) Não observem as formalidades do modo de apresentação das candidaturas;
- d) Apresentem preço contratual superior ao preço base;
- e) Sejam constituídas por documentos falsos ou nos quais os candidatos prestem culposamente falsas declarações.

18 - Legislação Aplicável

Em tudo quanto estiver omissa no processo que constitui o presente procedimento, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação, e demais legislação subsidiária.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Câmara Municipal


(Vitor Manuel Martins Guerreiro)